



Nº 3, março 2009

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o Desenvolvimento



Desenvolvimento e dependência, desenvolvimentismo e alternativas¹

PONTO DE VISTA, Nº 3, março 2009
ISSN 1983-733X

José Maurício Domingues²

Introdução

Escrever um texto bem no auge – esperemos – da maior crise financeira de que o mundo foi testemunha desde o crash de 1929 em Wall Street seria uma ironia, se não produzisse calafrios. Talvez o neoliberalismo finalmente esteja afundando, junto com a prosperidade e o crescimento econômico globais, a despeito da relativa força do Oriente emergente. De todo modo, ao passo que é duvidoso se mudanças mais profundas alterarão a economia e a política social neoliberais, bem como as desigualdade crescentes que implicaram, um modelo de acumulação baseado nas finanças se provou insustentável e terá de ser mudado para aliviar os processos da “economia real”, onde a mudança tecnológica e a acumulação de capital andaram em alta velocidade nas duas últimas décadas. De certo modo este é o objeto da presente discussão, de maneira de fato mais oblíqua, uma vez que políticas efetivas e alternativas constituem seu tema no que diz respeito ao desenvolvimento no mundo contemporâneo, com atenção para a questão nos quadros da periferia e da semiperiferia.

Este texto se desdobrará em quatro estágios. Primeiro, definirei brevemente o campo do desenvolvimento e algumas questões básicas a serem investigadas. Estarei tratando de duas construções do “mainstream” sobre o desenvolvimento – “desenvolvimento humano” e

¹ Apresentado na Conferência *Comparative Perspectives of Development Experiences in South America and Eastern Europe, Development and Semiperiphery*, Universidade de Tallinn, Estônia, outubro de 2008. Agradeço a Eva S. Youkhana os comentários a uma versão anterior deste texto.

² Phd em Sociologia pela LSE, Diretor Executivo do IUPERJ

“desenvolvimento sustentável” –, agregando um terceiro ângulo, crítico, por meio de uma recuperação da teoria da dependência. Tratarei então desses temas em relação à América Latina. Desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento e dependência, bem como as condições sociais e a política social de modo mais geral serão esboçados tanto em uma dimensão mais geral quanto mais específica. Atraso em termos tecnológicos e uma inserção dependente na economia mundial, crescentemente via reprimarização, mas até certo ponto uma virada para um desenvolvimento baseado na demanda interna e na política social focalizada, com alguma melhora nas condições sociais, estarão em tela, porém não em termos de melhorias ambientais. Finalmente, concentrar-me-ei na situação do Brasil em particular, levantando algumas questões de mais largo alcance a partir de seu exame. Alternativas a esta situação problemática serão assim brevemente consideradas. A conclusão mais ampla não é especialmente positiva, embora uma mescla de reflexões e sentimentos se apresente, e o pessimismo não empreste sentido ao texto.

Desenvolvimento: em geral e na América Latina

O desenvolvimento compreende um vasto campo, atualmente em crise. Da “economia colonial” e as questões aventadas pelos países de industrialização tardia, passando especialmente pelas teorias da modernização e da dependência, bem como pelo desenvolvimentismo, até o neoliberalismo de nossos dias e às perspectivas de superá-lo, além da abordagem do desenvolvimento humano e as do desenvolvimento “alternativo” e o “pós”-desenvolvimento, vários têm sido os ângulos com que se põem as questões com as quais o campo tem lidado. Recentemente no chamado “Sul”, o fracasso das políticas de desenvolvimento tem se somado a um “profundo impasse” do pensamento do desenvolvimento. O neoliberalismo fora uma resposta aos impasses do keynesianismo global e ao limitado sucesso do estado desenvolvimentista na América Latina (conquanto não na Ásia), ao passo que outras abordagens têm tentado ir além da questão do crescimento. Esse é o ângulo das perspectivas do desenvolvimento alternativo ou de abordagens baseadas nas necessidades humanas e nos problemas sociais, tais como a doutrina das “necessidades básicas” dos anos 1970 e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui mensurações de bem-estar básico como uma medida do desenvolvimento (Pieterse, 2001, cap. 1 e pp. 94-110; Kiely, 2007; Domingues, 2008, cap. 2).

Não se pode negar que no plano geral, absoluto e muito básico, tem havido melhorias nas condições de vida dos pobres no mundo (especialmente nas áreas urbanas). A Europa oriental e sobretudo a Rússia, claramente um exceção gritantemente negativa, destoam disso enquanto que, por outro lado, essa melhora é de modo geral discutível no que tange à renda e seguramente não ocorre quanto o tema à desigualdade global³. De todo, modo, o acesso a alguns serviços, vacinação, cuidado à saúde, alimentação, mortalidade infantil, equidade de gênero, etc., tem melhorado um pouco, tal qual divisado e projetado pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio, da ONU, assim como documentado pela evolução global do IDH, embora certo número de problemas não seja de bom augúrio para o futuro. A disseminação de favelas (nas quais vive um terço da população do mundo) se destaca nesse sentido, mas a velocidade reduzida das mudanças em qualquer aspecto é visível. Isso se dramatiza em especial pelo fato de que as mudanças recentes consideradas pela ONU como sendo para melhor dependem tanto de uma situação econômica favorável de crescimento, que pode estar se travando, incluindo além do mais uma alta no preço das commodities, que já não se sustenta. Isso é verdade também no que concerne à mudança do clima através do aquecimento global, que não diminui e afetará desproporcionalmente os mais pobres. Tudo somado, o projeto do milênio não cumprirá seus objetivos (United Nations, 2003 e 2008a). Além disso, o poder do capital financeiro e das corporações transnacionais, assim como a especialização dos países do “Sul” em produtos (primários ou mesmo industriais) de baixo valor agregado, trouxera para a linha de frente as questões que a teoria da dependência outrora sublinhou, mas as teorias que, enquanto tais, haviam criticado esse estado de coisas há trinta anos não retornaram efetivamente ao debate (Kiely, 2007; Roitman Rosenmann, 2008, cap. 2).

O desenvolvimento implicava, em grande medida e em particular em suas versões mais articuladas, ou ao menos no contexto latino-americano, uma mudança no equilíbrio de poder dentro dos países, assim como entre eles, na arena global (Sunkel e Paz, 1974). O neoliberalismo efetivamente deslocou esta perspectiva, que teve no estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU seu suporte, o qual remetia

³ Os dados usados pela ONU para suas Metas do Milênio, especialmente renda, consumo e pobreza, são em parte providos pelo Banco Mundial (ver United Nations, 2003b, pp. 1-11). Eles são obtidos com metodologia bastante discutível, que vários autores (cf. Kiely, 2007, cap. 7) descartam como enviesada e excessivamente otimista, afirmando que na verdade, se a China e a Índia são excluídas, terá havido um aumento na pobreza mundial ao menos até 2003.

à economia política clássica. A economia neoclássica, com a suposição e celebração de mercados perfeitos e um desenvolvimento econômico sem peias (simplesmente significando crescimento), logrou posição dominante ao menos até a crise financeira global recente. Embora tenha posto o desenvolvimento para além do Produto Interno Bruto (PIB) e proposto uma “face humana” às reais práticas neoliberais, a abordagem do desenvolvimento humano e seu IDH, baseado na abordagem das capacitações de Sen, não questiona aquela ortodoxia econômica e suas “melhores práticas”. Com efeito, tem com o neoliberalismo duro uma estreita aliança, advogando mercados livres e mirando seus esforços meramente nos mais pobres, cujo futuro pode ser se tornar um pouco menos pobres. Isso deriva da visão de Sen e de autores próximos a ele, com uma concepção específica e individualista, além de uma noção fragmentada de liberdade, que empresta um verniz de legitimidade filosófica a essa estratégia política (Sen, 1999; e, para um argumento crítico, Domingues, 2003a). Desigualdades internas consolidadas e crescentes no plano global – cuja evolução é totalmente independente de evoluções absolutas e positivas em pequeno grau do IDH – desaparecem nesse quadro, o mesmo ocorrendo com tentativas de superá-las.

Seja como for, este tem sido o mundo em que vivemos por duas décadas. É isso que, para dar exemplos que não envolvem realmente o “Terceiro Mundo” ou o “Sul”, podemos ver na Europa Oriental e Central pós-socialismo real. Um capitalismo patrimonial, subdesenvolvido (como na Rússia), além de talvez uma economia de “sweatshops” baseada em trabalho barato (como na Estônia), ou um capitalismo mais desenvolvido, mas “dependente e associado”, dirigido por corporações transnacionais (com bom nível tecnológico e bom empregos), por aqueles poucos que foram mais felizes durante a transição graças a condições particularmente afortunadas (a República Checa, a Polônia, a Eslovênia), são os caminhos trilhados no curso da transição de retorno ao capitalismo. As condições sociais variam ao mesmo tempo, sendo significativamente melhores nestes últimos (King, 2001; Bohle e Greskovits, 2007). Ao passo então que os países centrais do capitalismo – os Estados Unidos, aqueles do noroeste da Europa, o Japão – seguem como os motores da inovação e da acumulação dentro do sistema global, a despeito da crise financeira recente e de um possível deslocamento do eixo do capitalismo para a Ásia (China e região do sudeste), grande parte do mundo permanece sem qualquer mudança em sua posição relativa na divisão internacional do trabalho. Pior ainda, talvez esteja retrocedendo nesse sentido, a evolução das condições sociais em princípio replicando o poder econômico, embora este não seja

sempre o caso, na medida em que podem variar independentemente em certo grau (Castells, 1998; RICYT, 2005). A periferia sonhava com alcançar o Ocidente. Talvez no Leste da Ásia este ainda venha a ser o caso, por meio de seus variados, mas de modo geral bem-sucedidos, estados desenvolvimentistas, e alguns países do Leste Europeu possam ter bom desempenho, conquanto de maneira dependente, de modo a aproximar-se a uma posição central ou, o que é mais provável, a uma condição semi-periférica muito forte (especialmente os países do Visegrado – Hungria, República Checa, Eslovênia e Polônia). Na maior parte do mundo desde a década de 1980, contudo, isso claramente não é mais possível no futuro previsível. Logo, não deveria causar espanto que o pensamento sobre o desenvolvimento esteja em estado tão deplorável.

As coisas tampouco parecem boas se focalizamos uma das inovações principais das últimas décadas: o “desenvolvimento sustentável”. Este começou como uma perspectiva geral que questionava a possibilidade de conciliar a saúde do planeta com o desenvolvimento e o crescimento da população, no documento de 1972 do Clube de Roma, *Limites do crescimento*, para terminar no relatório Brundtland de 1987 para a ONU, *Nosso futuro comum*, com uma acomodação entre os dois termos do par, sustentabilidade e desenvolvimento. Eles tinham de ser articulados mercê dos desejos e demandas dos países em desenvolvimento, mas também, é claro, graças à dinâmica expansiva do capitalismo. Uma noção bastante vaga resultou de toda a discussão e foi institucionalizada sem maior impacto sobre os desenvolvimentos econômicos e sociais efetivos em termos globais (Nobre *et al.*, 2002). E, como as Metas do Milênio elas próprias demonstram, o sintoma singular mais dramático da pressão que o crescimento tem exercido sobre a infra-estrutura viva da Terra, o aquecimento global, não tem recebido os recursos e mudanças necessárias para que fosse de fato evitado (United Nations, 2008a).

Isso posto, como a América Latina como uma região específica se encaixa nesse quadro? A tese básica deste texto no que concerne à América Latina é a seguinte. A modernidade tem, no subcontinente bem como no centro do sistema global, evoluído segundo até agora em três fases, na quais aquele tem sido o elemento dinâmico. Após uma fase restrita e uma seguinte organizada pelo estado (no caso latino-americano típico um estado desenvolvimentista), entramos em uma terceira fase globalmente, na qual a alta tecnologia e firmas em rede (amiúde com patrocínio do estado) têm conduzido o processo de acumulação capitalista. O crescimento econômico tem sido constante na região nos últimos

quarto anos, em média acima de 3%, algo que não ocorria desde os anos 1960. Contudo, em contraste com importantes partes da Ásia, os países latino-americanos foram mais uma vez confinados ao papel de economias periféricas ou semiperiféricas, com frequência travados em larga medida na posição de exportadores de commodities primárias. Isso tem se reforçado de fato mais recentemente e é verdadeiro inclusive no caso do Brasil, muito mais forte industrialmente, como veremos abaixo. Enquanto o México depende para suas exportações de indústrias de montagem de origem estrangeira – as “maquiladoras” –, que em geral agregam pouco valor às partes que se juntam aí, calcadas no trabalho barato, a Argentina e especialmente o Chile foram desindustrializados pelas ditaduras militares das décadas de 1970-1980 e exportam basicamente produtos primários. As exportações do Brasil são também altamente dependentes de commodities (soja, ferro, aço, carne, etc.), que se completam com produtos de baixo valor agregado. As condições sociais têm de modo geral melhorado recentemente, ao passo que a pressão sobre os recursos naturais tem constantemente se intensificado (Domingues, 2007, cap. 2, e 2008, *passim*, em especial cap. 2; Cepal, 2008b, pp. 13 e 19).

Podemos assim falar, a despeito da recente onda de crescimento, de uma reconsolidação do “subdesenvolvimento” (dependente) se recuperamos especificamente as teses clássicas de Cardoso e Faletto (1970, especialmente pp. 25ss) sobre o tema. Isso é plausível se tomamos o desenvolvimento como sendo caracterizado pela falta de diferenciação da economia em comparação com a das desenvolvidas dentro do sistema mais amplo, de fato quando comparamos os países centrais à periferia ou mesmo à semiperiferia, onde o “desenvolvimento associado” (e dependente) ocorreu anteriormente por meio da transplantação de indústrias fordistas relativamente velhas que abasteceram sobretudo as classes médias. Inclusive aqueles países mais avançados ficaram hoje para trás, contudo, porquanto essas indústrias dos anos 1970-1980 já não se encontram na linha de frente dos processos globais de acumulação (com efeito, ao serem transplantadas haviam já esgotado sua força expansiva). Ao passo que isso se devia à ausência de indústria e especialmente de uma seção baseada na produção de meios de produção (tese sustentada pela teoria da regulação contemporânea, cf. Boyer e Saillard, 2002), hoje o mesmo pode ser dito em relação à falta de desenvolvimento tecnológico na periferia e inclusive em muito da semiperiferia, em contraste com o que ocorre no centro do sistema, especialmente no que tange à

microeletrônica, às tecnologias de informação e às telecomunicações, o núcleo dinâmico acumulação capitalista hodierna (Castells, 1996).

A brecha tem na verdade se ampliado nesse sentido, uma vez que o investimento em Ciência & Tecnologia (C&T) e Pesquisa & Desenvolvimento (R&D) está concentrado nos Estados Unidos, na Europa ocidental e em algumas partes da Ásia (incluindo a China, que se alça a partir de uma posição muito baixa, porém). Em 2003, o gasto global em C&T e P&D alcançou 860 bilhões de dólares, um aumento de impressionantes 82% em relação a 1994. Enquanto a América Latina aumentou levemente seus gastos, sua parte do gasto global caiu de mínimos 3,1 para 2,5% (ainda que se usem os critérios de paridade de poder de compra – PPP, o que melhora um pouco o quadro). Em 2005 (de novo segundo critérios de PPP), a América do Norte como um todo investiu 35,1% dos gastos totais mundiais em C&T e P&D, a Europa declinou para 25,7, com a Ásia melhorando sua fatia para 34,4. A posição da América Latina piorou, baixando para 2,5% – um valor na verdade quase residual. Outros dados nos ajudam a traçar o quadro: enquanto em 2005 os Estados Unidos investiram 2,6% de um enorme PIB e o Japão 3,33% nessa área, a média europeia atingiu 1,74 e a China, 1,34%, os países latino-americanos ficaram muito para trás. O Brasil, no topo do nível regional, investiu 0,82, o Chile 0,68, Cuba 0,51, a Argentina e o México ambos 0,46%, uma média estável para a primeira, a despeito de um período difícil em 2001-2002, devido a uma crise econômica de grandes proporções, e com esses números significando na verdade um aumento nos recursos do último para pesquisa e formação. A média da América Latina foi de 0,54%. O setor privado está em larga medida ausente deste quadro, ao contrário do que acontece nos países centrais. A taxa de pesquisadores por habitante é menor inclusive naqueles países (0,7, 0,8 e 1,7 por 1.000 pessoas, respectivamente para o México, o Brasil e a Argentina – onde as qualificações são porém mais baixas – em comparação, por exemplo, com 6,9 na França e 9,0 nos Estados Unidos) (todos os dados aqui são extraídos de Rede Ibero-Americana e Inter-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia – RICYT, 2005 e 2008). Há poucos “clusters” de inovação na região (basicamente apenas no Brasil) e as universidades de modo geral se mantêm distantes dos processos produtivos (Bortagaray e Tiffin, 2002). Ademais, não há virtualmente qualquer cooperação entre os países latino-americanos, com a Argentina e o Brasil, dentro do Mercosul, constituindo-se em uma pequena exceção a isso. A alta tecnologia está em falta, com a exceção de exceções de fato, principalmente no Brasil, amiúde vinculadas à agricultura. Podemos ver claramente as

disparidades em tela aqui se nos damos conta de que o investimento em P&D nos Estados Unidos alcança 1.146 dólares per capita em termos de PPP, ao passo que no caso do Brasil é meramente 92 (o da China sendo, em compensação, ainda mais baixo, 66) (dados para 2006 em OECD, 2008, p. 39).

Os centros dinâmicos da acumulação global permanecem sendo os Estados Unidos, a Europa ocidental, e em menor medida alguns países asiáticos. A industrialização por substituição de importações (ISI) e o desenvolvimento dirigido pelo estado foram abandonados e a dependência é agora reproduzida por meio de uma renovada divisão internacional do trabalho, pelo poder das corporações transnacionais, do capital financeiro, das organizações internacionais e de entidades tais como agências de avaliação de risco. Em todos esses aspectos, a América Latina continua em uma posição subordinada (Kiely, 2007; Domingues, 2008, pp. 61-4).

Seja como for, as condições sociais têm melhorado em certa medida recentemente em termos de escolarização, alimentação, saneamento básico, igualdade de gênero, etc., de acordo com medidas de IDH. A América Latina não tem desempenho tão ruim nesse sentido, quando se a compara internacionalmente, tendo alcançado 87% da meta 1 da agenda do milênio (renda acima de 1 dólar por dia) em 68% por cento do tempo. Alguns de seus países estão entre os que exibem melhores condições (a Argentina, o Chile, o Uruguai, a Costa Rica, Cuba, o México e o Brasil), com a maioria deles situando-se no nível intermediário (a Venezuela, a Colômbia, a República Dominicana, o Peru, o Equador, o Paraguai, El Salvador, a Nicarágua, Honduras, a Bolívia e a Guatemala), embora o padrão para comparação e classificação inclua países tão miseráveis (especialmente na África subsaariana e no sudeste da Ásia) que o quadro se torna altamente discutível (United Nations, 2008a e 2008b; Cepal, 2008a, p. 64 – texto em que se faz uma sugestão para ampliar para o subcontinente as metas avançadas pela ONU; ver, porém, a nota 2 deste artigo). A pobreza e a miséria certamente cresceram sob os governos neoliberais, especialmente na Argentina e na Bolívia, caindo fortemente após a mudança da política econômica na primeira (sem que haja dados ainda para o governo de Evo Morales na Bolívia), ao passo que o Uruguai isoladamente tem sido vítima de uma decadência de longo prazo em suas condições de vida e de renda (Cepal, 2008a, pp. 56-8).

Portanto, embora a América Latina seja ainda a região do mundo com os níveis mais altos de desigualdade, de acordo com a CEPAL a renda dos pobres cresceu, junto a uma melhoria

nas condições sociais. Aquela se articula diretamente com o crescimento econômico, na esteira do forte desempenho mundial por seis anos, até 2008, assim como com políticas sociais, que têm muito a ver com programas focalizados. Estes derivam originalmente dos esquemas do Banco Mundial de compensação pelas “reformas estruturais” neoliberais, da perspectiva de Sen (conquanto isto dificilmente seja reconhecido) e da necessidade de fazer face ao fato de que um número enorme de pessoas na América Latina vive na miséria, concretamente passando fome, cuja erradicação fora explicitamente a meta do Fome Zero, o principal programa social do presidente Luis Inácio Lula da Silva, seu desenho original devendo muito, porém, ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto este programa e outros similares podem ser vistos sobretudo como uma forma de administrar a pobreza, sem visar realmente superá-la (Lautier, 1995), outros governos na região as têm implantado – por exemplo, Morales e seu governo anti-neoliberal, de esquerda, na Bolívia, lançaram o Bônus Juancito Pinto (Hardy, 2003; Domingues 2008, pp. 21-3; Cepal, 2008a, pp. 110-7). Contudo, se em especial este decréscimo da desigualdade pode seguir um rumo sustentável, para além da situação econômica atual favorável e a chegada ao governo, após um período radical de reformas neoliberais, de forças políticas principalmente de centro-esquerda, é algo ainda a ser confirmado. Embora a exportação de commodities esteja cumprindo papel crucial nessas economias, o mercado interno tem sido ajudado pelo crescimento continuado e talvez, em grau variável, por programas de transferência direta de renda, implicando alguma sinergia entre a expansão do PIB e a melhoria da renda popular⁴. Agregue-se a isso que o “desenvolvimento sustentável” (em certa medida uma proposta latino-americana no curso do debate sobre como reverter a degradação ambiental e reconciliar o cuidado com o meio-ambiente com o crescimento econômico) não está em boa forma no subcontinente. Há por vezes bastante legislação (especificamente no Brasil, mas também no México e na Venezuela e agora na Bolívia e no Equador), mas quando as coisas são levadas a seus limites o desenvolvimento tem tido em geral precedência em relação à sustentabilidade e à proteção ambiental. O desenvolvimento do agronegócio e a exploração dos recursos minerais da região, bem como de seu petróleo e gás, tem gerado um aumento da pressão sobre sua infra-estrutura natural (Domingues, 2007, cap. 5).

⁴ É precisamente nessa orientação para a “demanda doméstica” que encontramos uma das poucas propostas de Pieterse (2001, cap. 10) para os “futuros do desenvolvimento” hoje.

O significado da melhoria das condições de mercado para os trabalhadores, sobretudo para os muito pobres, junto ao atraso dos desenvolvimentos tecnológicos e de uma renovada pressão sobre os recursos naturais, será tratado com particular atenção ao do Brasil mais adiante. Tendências contraditórias emergirão dessa discussão. Todavia, elas podem alterar-se e convergir graças a decisões políticas e propostas de políticas públicas.

O desenvolvimento no Brasil

Da mesma forma que em todo o mundo, o desenvolvimento foi pensado no Brasil durante a segunda fase da modernidade – quando a industrialização do país realmente decolou – sobre a base de um estado desenvolvimentista – ou seja, em uma “subjetividade coletiva” capaz de mobilizar recursos de maneira centralizada. Entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil cresceu constantemente e em certa medida fortemente em alguns períodos, sem reforma agrária e por meio de um modelo de “modernização conservadora”. Através da ISI, alcançou uma base industrial razoável, convertendo-se, junto com a Índia, no único país do Terceiro Mundo a construir um setor de meios de produção (ou bens de capital, em uma classificação mais concreta, menos analítica), embora este não fosse lá muito sofisticado. Os anos 1980 foram uma década de crise profunda e de paralisia econômica, seguida pelas reformas neoliberais. Estas, que implicavam o ajuste estrutural e a privatização, foram contudo relativamente suaves, se as comparamos com o que ocorreu em outros países latino-americanos. Digno de nota é o fato de que, ao contrário do Chile e em especial da Argentina, o Brasil nunca se desindustrializou. A pobreza e a desigualdade mantiveram-se firmes em solo brasileiro durante todo esse período, conquanto o agronegócio tenha resolvido em larga medida a questão agrária em uma direção capitalista. Desde os anos 1980 e especialmente com a Constituição de 1988, a democracia e a gama completa de direitos se tornaram fatores-chave na dinâmica política do país. Enquanto na década de 1990 os dois governos de Cardoso aplicaram reformas neoliberais relativamente moderadas, e o primeiro mandato de Lula não alterou nada significativamente, exceto ao refazer e ampliar a política social focalizada por meio do programa Bolsa Família, os investimentos do estado cresceram e esforços para desenvolver C&T e P&D têm sido realizados, sem contudo qualquer progresso decisivo em termos de inovações mais constantes, bem como de inovações mais avançadas. Não houve efetiva ruptura com aquele paradigma – na verdade o agronegócio e as exportações primárias em geral têm se fortalecido, embora o mercado interno tenha

também recebido certo impulso nos últimos anos. A pressão sobre o meio-ambiente também se aprofundou mais recentemente (ver Domingues, 2007, cap. 5; Domingues, 2008). Examinemos isso mais de perto.

No que concerne a C&T e a P&D, os números principais já foram ventilados acima. Enquanto os investimentos (cerca de 1% do PIB) se concentram nas mãos do governo, o setor privado não tem bom desempenho: põe pouquíssimo dinheiro em inovação, as grandes firmas exportadoras respondem pelo grosso do investimento e não há virtualmente cooperação entre firmas, já para não falar dos centros de pesquisa universitários (inclusive porque isso é possível apenas quando as companhias elas mesmas têm uma estrutura interna voltada para a pesquisa) (De Negri e Salerno, 2005). O governo tem trabalhado para mudar isso com financiamentos sobretudo por meio de sua Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), além de leis e políticas que facilitem e estimulem a inovação tecnológica e parcerias. Os resultados são, todavia, limitados. Para os que propõem e executam políticas, para os intelectuais e inclusive para a liderança empresarial, o Brasil está perante desafios monumentais nesse campo. Sobretudo as deficiências do país em microeletrônica são bem-conhecidas, um gargalo difícil de superar, conquanto no ramo de software o Brasil se saia um pouco melhor (Schueler e Lessa, 2008)⁵. No que se refere à “sustentabilidade” os problemas têm sido inúmeros. Embora o Brasil tenha a legislação mais avançada da região e em certa medida um corpo administrativo razoável para tratar da questão, o crescimento do agronegócio (especialmente projetando-se sobre a região amazônica, inclusive no caso do etanol de cana de açúcar, um tipo mais limpo de energia) e mega-projetos de desenvolvimento têm tido impacto nesse sentido, em um país cujo imaginário o transforma em uma extensão do Éden, onde os recursos naturais têm sido vistos como basicamente inexauríveis – nosso futuro percebido com frequência como garantido graças a esse dom particular e abençoado (Schueler e Lessa, 2008; Domingues, 2007, cap. 5)⁶.

⁵ Na verdade houve uma involução relativa em termos de conteúdo tecnológico na indústria brasileira de bens de capital nas últimas décadas – logo de seu particularmente importante efeito no impulso à inovação em sua economia como um todo (Nassif, 2008). Essas conclusões com certeza se agravariam com uma metodologia que deixasse claro que os setores eletrônico-eletrônico são basicamente apenas de montagem no país, e que a microeletrônica é praticamente inexistente no Brasil. Não por acaso a política industrial e de inovação do governo Lula dá especial atenção aos bens de capital.

⁶ Mas já há evidências de que a política governamental está tendo certo impacto na inovação em anos recentes no Brasil. Cf. De Negri e Kubota, 2008.

É talvez no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado interno que mais novidade pode ser encontrada desde 2007. Como assinalado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dados de 2008 indicam tanto um processo contínuo de formação de capital bruto (fixo, assim como em termos de estoques) quanto um crescimento forte da “demanda doméstica” por um par de anos, com uma intensificação regular do consumo das famílias devido a um nível de emprego constante, especialmente de empregos formais, do aumento do salário mínimo acima da inflação, do seguro desemprego e de políticas sociais de transferência direta de renda, mantendo no mercado consumidores com níveis de renda baixos, com efeito aqueles mais propensos a consumir (IPEA, 2008, p. 8). É verdade que bens duráveis (isto é, carros, cuja exportação declinou) e importações devido ao dólar encontrar-se com uma taxa de câmbio baixa apontam também para o consumo das classes médias, o que não apaga os elementos anteriores ligados ao consumo popular, porém, adicionando-se a eles a expansão do crédito (segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – cf. *Folhaonline*, 10/06/2008).

Uma digressão conceitual é importante aqui para a elaboração do argumento. Sob o impacto do relatório de 1972 do Clube de Roma sobre o meio-ambiente e em diálogo com as teorias da dependência, Furtado afirmou a impossibilidade de uma generalização dos padrões de consumo ocidentais e discutiu o que chamou de o “mito do desenvolvimento econômico”, opondo “modernização” e “desenvolvimento”. Aquela seria calcada na difusão de padrões de consumo do centro, contra o processo de formação de capital na periferia, implicando forte investimento em P&D, em detrimento do consumo dos estratos mais pobres da população. Isso daria lugar à dependência – cujo núcleo era de fato a “colonização cultural”. Ao passo que inicialmente o alto consumo fora financiado por exportações primárias, a substituição de bens importados pela produção interna dos mesmos produtos para a minoria “modernizada”, aliada às classes altas no centro do sistema global, engendrava e veio também a depender da concentração de renda, levando enfim ao deslocamento das firmas nacionais pelas estrangeiras, que controlam os avanços tecnológicos. O “desenvolvimento” real deveria ser enquanto tal baseado na difusão de bens para o consumo de massa produzidos com tecnologias mais simples e uma distribuição de renda muito melhor (e talvez uma burguesia local ou de estado) (Furtado, 1974, especialmente pp. 78-97).

De modo a prevenir problemas terminológicos, quero notar antes de tudo que podemos pensar sobre o que Furtado chama de modernização e desenvolvimento como dois

processos distintos de modernização baseados em diferentes “giros modernizadores” de subjetividades coletivas, realizadas de maneira mais ou menos intencional (cf. Domingues, 2008). A concepção de Furtado é nesse sentido talvez datada por um confronto com a teoria da modernização. Seja como for, é algum tipo de modernização que emerge de modo contingente, ativada pela vontade política, mas igualmente como resultado de uma dinâmica social mais abrangente e menos intencional, em uma direção ou outra das duas possibilidades que ele discutiu. Também voltaremos a sua problemática e em minha opinião falsa oposição entre avanços em C&T e P&D, por um lado, e o desenvolvimento propriamente dito, por outro. Contudo, em certa medida ele talvez estivesse indo na direção correta ao enfatizar o papel do aumento do consumo de bens básicos para a massa da população. Isso se relacionava evidentemente ao reforço do mercado interno, que deveria incluir não apenas as classes médias e altas, mas também os trabalhadores de modo geral, inclusive os mais pobres, em sua dinâmica, com o que um tipo de crescimento vinculado à superação da pobreza, à distribuição de renda e ao fim e ao cabo a uma mudança nos padrões de consumo poderia ser efetivado – uma necessidade global, de fato, embora isso seja espinhoso especialmente no centro.

Isto pode ter algo a ver com programas similares ao Bolsa Família brasileiro. Um tipo de keynesianismo dos pobres surgiria, um resultado da indução de demanda, ainda que não seja uma política econômica de indução da demanda o que se buscava, a meta principal do programa consistindo antes em alimentar as pessoas de maneira decente. Ao passo que as classes médias são parte da história, porquanto os bens duráveis são evidentemente consumidos por elas em níveis mais altos que pelas classes populares, comida, vestimenta e outros bens básicos, não-duráveis, e bens mais simples produzidos para os trabalhadores, que têm ganhado mais e têm sofrido menos com o desemprego, graças ao crescimento econômico, e em especial para os muito pobres, no que o Bolsa Família tem cumprido papel fundamental. Uma torção do desenvolvimento tem sido lograda de algum modo nesse sentido, conquanto se mostre limitada e seja questionável até onde pode ir, uma vez que toda a presente situação depende do crescimento global, cujo futuro imediato é na melhor das hipóteses incerto. Esta perspectiva é, ademais, talvez mais realista, uma vez que não lê em um futuro desejado o processo presente efetivo, antes que pensar sobre este programa como uma avenida para uma política universal de renda básica ou algo semelhante (para começar

porque há já uma multiplicidade de políticas sociais focalizadas que não se harmonizam necessariamente com o Bolsa Família) (Lautier, 2007; Domingues, 2008, pp. 19-20)⁷

Temos assim três aspectos do desenvolvimento no Brasil contemporâneo que seguem caminhos distintos e têm signos diferentes. Primeiro, a questão do desenvolvimento tecnológico, no qual o subcontinente claramente está atrasado; segundo, a crescente pressão sobre os recursos naturais, no que o desenvolvimento é tão-somente um pálido reflexo do foi proposto em seu auge; e, finalmente, o crescimento econômico dependente da política social que nos últimos anos ajudou a trazer os mais pobres para o mercado. A desigualdade decresceu nos últimos anos também, embora falar de uma vasta classe média nova seja tão sem sentido que tal tese dificilmente merece discussão. Para Furtado, o primeiro e último aspectos estariam em contradição, sendo que não percebia de fato alternativas para o segundo. Mas este é realmente o caso? Mesmo correndo o risco de reproduzir a problemática “heterogeneidade estrutural” que Pinto (1976) identificou como típica do tecido produtivo latino-americano, ambas devem ser enfatizadas, a despeito de estarem as políticas sociais na base do aumento do consumo popular ou de se medidas mais universais e inclusivas forem perseguidas. Decerto uma mudança no paradigma da produção em relação à natureza não deveria de modo algum desaparecer da agenda, mas ela deverá depender muito mais do desenvolvimento científico do que Furtado parecia ser capaz de apreciar (cf. Beck, 1986).

Se lutar contra as desigualdades no curso do desenvolvimento depende de como se lida com a posição relativa às classes sociais, com o que a luta contra a pobreza assume novo significado, tratá-la globalmente implica a superação da brecha devastadora que é hoje patente nas relações entre o centro e a periferia, bem como a semiperiferia, no que concerne à ciência e à tecnologia. Não significa necessariamente, especialmente se levamos em conta a complexidade e as múltiplas possibilidades que precisamente esta situação pôs para todas as sociedades contemporâneas, que todos os países têm de dominar todos os ramos produtivos e tecnológicos que se pode identificar neste momento. Mas se países pequenos e médios podem de algum modo se especializar em alguns nichos específicos da produção, seja de serviços ou da indústria, um país tão grande como o Brasil não pode abrir mão de controlar

⁷ Deixo de lado aqui a discussão da forma burocrática de clientelismo que pode ser vista como crucial para esse programa.

os principais setores do desenvolvimento científico e tecnológico, assim como dos meios de produção, ainda que inseridos em blocos e parcerias regionais. Há um longo caminho à frente a ser trilhado pelo Brasil. Para a América Latina como um todo a situação é ainda mais difícil. Não podemos fazer nada além de tentar, se não alcançar os países do centro, ao menos estabelecer padrões de desenvolvimento que nos permitam controlar nosso destino e avançar rumo à superação ou diminuição das desigualdades internacionais.

Conclusão

De acordo com a análise levada a cabo nas páginas precedentes, o balanço do desenvolvimento para a América Latina e para o Brasil em particular não é de modo algum convincente, ao contrário, não obstante mudanças efetivas para melhor em algumas dimensões nos últimos anos. Economicamente, o crescimento não tem significado qualquer melhoria para esses países dentro do sistema e da divisão do trabalho globais, com o “subdesenvolvimento” ganhando novo espaço, uma vez que a diferenciação interna vis-à-vis as economias dos países centrais na verdade não apenas não avançou como realmente retrocedeu, com a ausência dos setores mais sofisticados científica e tecnologicamente (para não falar da ausência ou de limitações da indústria em muitos países latino-americanos, com o tradicional departamento de meios de produção – especificamente bens de capital – permanecendo subdesenvolvido inclusive no Brasil). A natureza tem sido também maltratada, sem grandes melhorias nessa área e com uma renovada pressão sobre os recursos naturais lançando sombra sobre ela, a despeito de esforços de ativistas e por vezes governos, bem como de avanços na legislação. Socialmente, há algum progresso, mas limitado, em termos de infra-estrutura assim como de distribuição de renda e de combate à pobreza extrema.

Ao passo que a Europa oriental abraça sedenta e de modo acrítico sua nova posição, semiperiférica ou periférica no sistema global e inclusive na União Européia, bem como uma visão altamente reificada da modernidade, a América Latina e outras partes do mundo têm ao menos tentado levantar críticas em relação a seus próprios padrões de desenvolvimento (Boatca, 2006). Na África do Sul, por exemplo, ao passo que as políticas governamentais não abandonam de maneira alguma o mainstream neoliberal, correntes dentro do partido no governo, o Congresso Nacional Africano (CNA), têm levantado a bandeira do “desenvolvimento alternativo”, apontando para práticas africanas em contextos locais. Isso

se mantém, contudo, absolutamente não especificado (Greestein, 2008). No que tange à América Latina, isso é expresso teoricamente com força particular pela abordagem pós-estruturalista de Escobar (1995, especialmente pp. 222ss), nos quadros de uma perspectiva pós-desenvolvimentista, na qual as alternativas ao desenvolvimento tradicional são vistas como locais e como sendo deslanchadas basicamente por povos indígenas em áreas de florestas. Não apenas são suas afirmações exageradas nesse sentido, mas deixam a maior parte das pessoas da região totalmente marginalizadas da discussão e das tomadas de decisão. Agregue-se a isso que nesse tipo de argumento o papel do estado é em geral negligenciado e que as conexões locais não recebem teorização adequada.

Este é o caso inclusive das perceptivas, ainda que exageradas, proposições de Nandy (2003, especialmente pp. 9-10, 27, 158-70 e 171-81) sobre a Índia – um continente que, possuindo uma constelação civilizacional poderosa, pré-moderna, tem uma relação mais complicada com a modernidade que a América Latina. Apoiando-se em uma crítica da modernidade oriunda de concepções dissidentes dentro de seu núcleo ocidental – especialmente quanto à denúncia de um impulso para a homogeneização de seu projeto tradicional pela Escola de Frankfurt –, Nandy é demasiado veloz ao estabelecer um vínculo entre o desenvolvimento em geral, sem que se permitam distinções dentro dele, e um colonialismo em busca de uma nova “missão civilizatória”. Ele salta então para uma afirmação sem precisão segundo a qual o subdesenvolvimento equivale à “insanidade”, à “imaturidade” e à “irracionalidade”. Perspectivas vinculadas ao “desenvolvimento alternativo” e “para além do desenvolvimento” seriam respostas adequadas a isso, opondo-se ao desenvolvimento as tradições concretas, não-modernas, como vias para uma sociedade “desejável”. O desenvolvimento deve ter suas demandas universalistas negadas, afirma ele. Ademais, ele se põe como um projeto e uma prática autoritários – a ciência descartando todos os outros saberes e o estado desempenhando um papel diabólico mediante uma mobilização de cima para baixo da sociedade, sendo além disso em geral um parasita auto-centrado, exemplos nesse sentido consistindo do Brasil, da China, do Japão, de Taiwan, e em certa medida da Índia e do Sri Lanka, mercê de escolhas recentes.

Mas quais são as alternativas para além das agendas correntes de desenvolvimento? Parece que para ele é a resistência a partir da “tradição” o que está realmente em questão, como se fosse possível contentarmo-nos com isso. Ele deixa de lado tanto a sedução do desenvolvimento para a maioria da população e o poder sem peias do estado e do mercado

na medida em que não há alternativa efetiva, para além de situações restritas e de resistências localizadas, oferecida como uma plataforma por meio da qual uma disputa sobre a direção geral do processo pudesse ser lançada, a despeito de o quão difícil isto é, evidentemente, para não falar já da própria oposição entre modernidade e tradição que ele asperamente abraça. É bastante estranho que Nandy denuncie o estado e a ciência, sendo crítico do consumismo e do fetichismo, sem que esteja de fato preocupado com o avanço do neoliberalismo, que descartou o estado e se acomoda bem a projetos locais e ao trabalho levado a cabo por organizações não-governamentais (ongs). Tampouco faz sentido denunciar uma suposta trama entre o autoritarismo e o desenvolvimento: muitos países, tome-se por exemplo o Brasil contemporâneo e a própria Índia, desafiam esses argumentos simplistas, quaisquer que sejam os limites que se possa assinalar em suas dinâmicas democráticas, para não falar da tese implícita e equivocada de que a modernidade é intrínseca e exclusivamente opressiva, além do fato de que a aliança entre autoritarismo e subdesenvolvimento é fácil de localizar em muitos casos⁸. Agregue-se a isso que, enquanto a diversidade de conhecimentos que caracterizam a humanidade deve ser bem-vinda e reconhecida, é improvável que possamos ir muito longe, encarando os problemas a serem tratados, sem o uso generalizado da ciência avançada, sem prejuízo de o quanto ela deve se tornar sensível à densidade da vida social e à política democrática. Devemos nos contentar com permanecer nas margens dos processos efetivos de desenvolvimento, tranqüilizando-nos com a denúncia integral de seus desígnios malignos ou podemos ir mais além?

De fato, após mais de uma ou duas décadas de debate, aqueles giros não ofereceram realmente um paradigma alternativo. É verdade que se pode argumentar que a meta não era, ou não deveria ser, chegar a tal modelo, uma vez que seria localmente e por meio de populações específicas que as coisas deveriam ser operadas. Porém, concretamente as perspectivas de desenvolvimento alternativo ou que vão mais além dele podem terminar como projetos meramente locais que se encaixam bem com o paradigma neoliberal dominante que tem ditado as políticas econômicas e sociais através do mundo, uma vez que

⁸ Um argumento é, todavia, especialmente interessante e poderoso em sua análise: enquanto todas as culturas humanas têm estado cientes do individualismo, dos impulsos de desempenho e de competição, mas produziram barreiras contra esses impulsos, a modernidade os liberou e elevou a uma posição superior, com o desenvolvimento bebendo nas mesmas fontes (Nandy, 2003, pp. 166-67). Podemos ir aqui mais além da oposição entre modernidade e tradição; um programa político deveria derivar prontamente dessa intuição.

não tratam de problemas de larga escala (Pieterse, 2001, pp. 49-74ss e 104-7)⁹. Logo, se as “alternativas ao desenvolvimento” ou o “desenvolvimento alternativo” não devem ser simplesmente descartadas, em especial na medida em que impliquem experimentos sociais com a economia, a política social e formas de vida, os temas que envolvem concretamente a maioria da população do mundo hoje em grande medida se relacionam à posição de seus países e regiões no sistema global, às condições sociais e à desigualdade, além da relação entre desenvolvimento e crescimento com a sobrevivência do planeta e a da própria espécie humana. Que desenvolvimento, em que direção, desenhando que tipo de modernidade por meio de seus giros modernizadores são questões que se tornaram cada vez mais centrais. Isso provavelmente se aguçará porquanto a democratização se aprofunde e a crítica pelos movimentos sociais de perspectivas de desenvolvimento reificadas, que se vinculam ao modelo de modernidade neoliberal que as acompanha, torna-se mais sistemática. Ela não pode ser tratada exclusivamente com referência a questões locais e o papel do estado nela tem de ser rediscutido.

Uma sugestão específica pode ser avançada aqui, de modo a levar esse artigo a sua conclusão. Enquanto a segunda fase da modernidade, que correspondeu aos anos de ouro do desenvolvimento, teve o estado como o agente central de seu projeto de modernização, a terceira fase fez do mercado sua vaca sagrada, com todos os desenvolvimentos virtuosos dependendo de seu funcionamento sem impedimentos. Ele tem sido até agora hegemônico, mas esse não precisa ser para sempre o caso. Podemos projetar um padrão mais complexo, que leve a giros modernizadores em rede, nos quais o estado, o mercado e agentes sociais específicos, particulares, se juntam e negociam direções para o desenvolvimento, sem prejuízo de uma perspectiva mais universalista e ampla (Domingues, 1999 e 2008). Não há como livrar-se do mercado hoje, nem é descartar o estado mais que um movimento retórico.

⁹ Pode haver perspectivas mais radicais, que não necessariamente envolvem formas desacreditadas de socialismo, abrindo-se em vez disso para a experimentação coma vida social e a economia. Mas ela tampouco tem ido além do estágio de propostas teóricas. Em uma discussão e plataforma altamente inovadora, Unger (2006) propõe que nos “rebelemos” contra as ortodoxias dominantes. Mudanças nos mercados internos e no comércio e nas instituições globais, cooperação e inovação em larga escala e a libertação do trabalho, eis aí os elementos principais de seu programa. Eles seriam sustentados por uma classe trabalhadora vista como muito geral (não o proletariado sindicalizado) e mais individualista do que os socialistas e os social-democratas jamais imaginaram, sem, ao contrário, antagonizar a pequena-burguesia. Nações e estilos de desenvolvimento reformados, contudo sempre implicando uma democracia energizada e institucionalmente aberta, figuram de forma proeminente também. O experimentalismo e a fé no indivíduo como um Deus terreno se entrelaçam. O interesse da discussão e o brilhantismo da alternativa têm como seu contrapeso a desvinculação do programa dos movimentos sociais e suas demandas extremamente abrangentes.

Democratização e complexidade precisam contudo de mais participação e flexibilidade (sem excluir mas certamente sem privilegiar as ongs). Os planos nacional e regional seguem sendo cruciais para uma perspectiva abrangente e não podemos estar certos de que jogos de *realpolitik* não serão jogados, de que o consenso será sempre alcançado e de que fortes deslocamentos não ocorrerão nunca. De todo modo, o plano local, a inclusão e o debate devem receber lugar de destaque nessas definições de práticas desenvolvimentistas, para além de qualquer perspectiva homogeneizante. O desenvolvimento em rede, em seus aspectos políticos, sociais e econômicos, seria provavelmente o caminho mais interessante e viável para emprestar uma torção progressista e emancipatória à terceira fase da modernidade e construir um estado mais “moderado” (como demanda Nandy, 2003, pp. xii e 12-4). Ele não deixa de ser um estado ativista, capaz de mobilizar recursos, porém encara seus desafios e demandas mais amplos – perseguir a inovação e novas relações com a natureza, lutar contra as desigualdades tanto interna quanto globalmente – por meio de elos mais sutis e cooperativos com múltiplas coletividades. O universalismo, o pluralismo social e a inclusão de particularidades, o subdesenvolvimento e a dependência, o desenvolvimento sustentável e a disseminação da criatividade, a desigualdade e as políticas sociais, a industrialização e uma difusão mais homogênea da tecnologia avançada, teriam de ser todas tratadas dentro dessa moldura, do plano nacional ao local.

No caso sobre o qual este texto se debruçou, o da América Latina, o forte impulso para a democracia desde a década de 1980, com o desdobramento de uma verdadeira “revolução molecular”, um poderoso giro modernizador, contra o projeto “transformista” neoliberal, outro giro, que foi implantando ao mesmo tempo, ao menos dá bases para a esperança (Domingues, 2008). Dentro desse quadro, conquanto não seja uma questão fácil de enfrentar e as alternativas não estejam imediatamente disponíveis, a última palavra sobre o desenvolvimento, esperemos, ainda não foi dita.

Referências

- Beck, Ulrich ([1986] 1992), *Risk Society*, Sage, Londres.
- Boatca, Manuela (2006), “Semiperipheries in the World-System: reflecting Eastern European and Latin American experiences”, in *Journal of World-Systems Research*, vol. XII.
- Bohle, Dorothee e Béla Greskovits (2007), “Neoliberalism, embedded neoliberalism, and neocorporatism: paths towards transnational capitalism in Central-Eastern Europe”, in *West European Politics*, vol. 30.
- Bortagaray, Isabel e Scott Tiffin (2002), “Innovation clusters in Latin America”, in M. Heitor, D. Gibson e M. Ibarra (orgs.), *Technology Policy and Innovation*, vol. 1 (New York: Quorum Books).
- Boyer, Robert e Yves Saillard (orgs.) (2002), *Théorie de la regulación. L’Etat des savoirs*, La Découverte, Paris.
- Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Castells, Manuel ([1996] 2000), *The Network Society. The Information Era: Economy, Society and Culture*, vol. 1, Blackwel, Oxford.
- Castells, Manuel (1998), *End of Millennium. The Information Era: Economy, Society and Culture*, vol. 3, Blackwel, Oxford.
- Cepal (2008a), *Panorama social de América Latina, 2007*.
- Cepal (2008b), *Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2007-2008*.
- De Negri, João Alberto e Sérgio Salerno (orgs.) (2005), *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais*, IPEA, Brasília.
- De Negri, João Alberto e Luis Claudio Kubota (orgs.) (2008), *Políticas de incentivo à produção tecnológica no Brasil*, IPEA, Brasília.
- Domingues, José Maurício ([1999] 2003), “Desenvolvimento, modernidade, subjetividade”, in *Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Domingues, José Maurício (2003), “Amartya Sen – a liberdade e o desenvolvimento”, *Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Domingues, José Maurício (2007), *Aproximações à América Latina. Desafios contemporâneos*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Domingues, José Maurício (2008), *Latin America and Contemporary Modernity: A Sociological Interpretation*, Routledge, Nova York e London. (No prelo da Editora UFMG, 2009).

Domingues, José Maurício e Andrea C. Pontual (2007), “Responsabilidade ambiental e a esfera pública na América Latina”, in *Aproximações à América Latina. Desafios contemporâneos* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Escobar, Arturo (1995), *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*, Princeton University Press, Princeton, NJ.

Furtado, Celso (1974), *O mito do desenvolvimento*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Greestain, Ran (2008), “Alternative modernity: development discourse in South Africa”, in *International Social Science Journal*, vol. 197.

Hardy, Clarisa (2003), “Una nueva generación de reformas sociales en América Latina”, in Rolando Cordera, Leonardo Lomelí e Rosa Elena Montes de Oca (orgs.), in *La cuestión social: superación de la pobreza y política social a 7 años de Copenhague*, UNAM, IETD e INDS, México.

IPEA (2008), *Carta de conjuntura*, setembro.

Kiely, Ray (2007), *The New Political Economy of Development. Globalization, Imperialism, Hegemony*, Palgrave, Basingstoke e Nova York.

King, Lawrence P. (2001), “Making markets: a comparative study of postcommunist managerial strategies in Central Europe”, in *Theory and Society*, vol. 34.

Lautier, Bruno (1995), “Citoyenneté et politiques d’ajustement”, in Bérengère Marques-Pereira e Ilán Bizberg (orgs.), in *La citoyenneté sociale en Amérique Latine*, L’Harttman, Paris.

Lautier, Bruno (2007), “Les politiques sociales au Brasil durant le gouvernement de Lula: aumône d’Etat ou droits sociaux”, in *Problèmes d’Amérique latine*, no. 63.

Nandy, Ashis (2003), *The Romance of the State and the Fate of Dissent in the Tropics*, Oxford University Press, New Delhi.

Nassif, André (2008), “Estructura y competitividad de la industria brasileña de bienes de capital”, in *Revista de la Cepal*, no. 96.

Nobre, Marcos *et al.* (2002), *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*, IBAMA, Brasília e CEBRAP, São Paulo.

OECD (2008), *OECD in Figures, 2008*, OECD Publications, Paris.

Pieterse, Jan Nederveen (2001), *Development Theory. Deconstructions/Reconstructions*, Sage, Londres.

Pinto, Aníbal (1976), “Heterogeneidade e padrão de desenvolvimento recente”, in José Serra (org.), *América Latina. Ensaio de interpretação econômica*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

RICYT (2005), *El estado de la ciencia*, RICYT, Buenos Aires:), disponível em: <http://www.ricyt.edu.ar>

RICYT (2008), *El estado de la ciencia*, RICYT, Buenos Aires:), disponível em: <http://www.ricyt.edu.ar>

Roitman Rosenmann, Marcos (2008), *Pensar América Latina*, CLACSO, Buenos Aires.

Schuler, Paulo e Rogério Lessa (2008), “Para onde vai o Brasil?”, in *Rumos. Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, no. 239.

Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*, Knopf, New York.

Sunkel, Osvaldo e Pedro Paz (1974), *Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Forum e Hachette, Rio de Janeiro:.

Unger, Roberto Mangabeira (2006), *What Should the Left Propose*, Verso, Londres.

United Nations (2003a), *Human Development Report 2003*, University of Oxford Press, New York and Oxford.

United Nations (2003b), *Indicators for Monitoring the Millennium Development Goals* United Nations, New York.

United Nations (2008a), *The Millennium Development Goals Report*, United Nations, New York.

United Nations (2008b), *Human Development Report 2007/2008*, disponível em: http://hdrstats.undp.org/countries/factsheets/cty_fs.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento
Publicações Anteriores

Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.

José Mauricio Domingues, IUPERJ.

Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.

Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.

A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.

Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.

Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.

Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina—Algumas hipóteses de pesquisa.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.

Andrés del Río, IUPERJ.

El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.

Aldo Ferrer, UBA.

Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.

Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.

Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.

Eli Diniz, UFRJ.

Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milênio.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.

Carlos Henrique Santana, IUPERJ.

Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.